

# **Estratégia Partidária: Coalizão ou Construção da Imagem?**

**Ricardo Luiz Mendes Ribeiro**

Trabalho preparado para apresentação no III Seminário Discente da Pós-Graduação em  
Ciência Política da USP, de 22 a 26 de abril de 2013

## **Resumo**

Este texto apresenta um modelo formal simples que trata da formação de coalizões pré-eleitorais em regimes presidencialistas. No modelo, os partidos são colocados diante do dilema de se coligarem com o intuito de aumentar a chance de curto prazo de alcançar o poder, ou de apresentarem candidatos próprios mesmo pouco competitivos investindo em uma estratégia de longo prazo voltada à construção da imagem partidária. Embora possa ser aplicado também a democracias maduras, o modelo parece ser mais adequado a democracias recentes nas quais os partidos têm menos certeza acerca de qual é a estratégia ótima que devem adotar porque lhes é mais difícil discernir com segurança suas próprias forças e debilidades políticas e eleitorais. A evolução do sistema partidário brasileiro pós-democratização forneceu *insights* para o modelo. PT, PSDB, PMDB e PFL serviram de inspiração para os tipos de partidos aqui delineados.

# Estratégia Partidária: Coalizão ou Construção da Imagem?\*

Ricardo Luiz Mendes Ribeiro

## 1) Introdução

Coalizões pré-eleitorais são arranjos muito comuns em eleições majoritárias realizadas em regimes presidencialistas nos quais prevalece o multipartidarismo. Para ficar no caso brasileiro, excetuando-se os chamados “nanicos”, aqui definidos como os que obtiveram menos de 1% dos votos válidos, apenas 38% dos candidatos a presidente da República desde 1989 concorreram isoladamente, contando apenas com o apoio de seu próprio partido. O percentual cai a 21%, quando se desconsidera a eleição de 1989, na qual cinco dos oito candidatos não nanicos não se coligaram.

A despeito disso, as coalizões pré-eleitorais em regimes presidencialistas multipartidários não receberam muito atenção da ciência política, ao passo que trabalhos a respeito de coalizões pós-eleitorais em regimes parlamentares são muito mais comuns.

<sup>1</sup> Talvez essa lacuna decorra do fato de regimes presidencialistas multipartidários não serem muito frequentes nos países centrais.

Na literatura de teoria dos jogos, tampouco consegui encontrar modelos que tratassem especificamente dessa questão na perspectiva que privilegiarei neste texto. Aqui o problema está formulado a partir da ótica estritamente partidária, ou seja, dos incentivos, custos e benefícios postos diante dos partidos quando esses se deparam com

---

\* Agradeço ao professor Milan Svolic pelos comentários e sugestões a uma versão preliminar deste texto.

<sup>1</sup> Segundo Freudenreich (2010:1): “Why do parties form coalition governments in presidential systems? This question is fundamental to our understanding of presidential systems and has yet been neglected to a large extent. In parliamentary systems we can look back on a grand tradition of coalition research and coalition theories doubtlessly rank among the most elaborated areas of political research”. Sobre a literatura brasileira a respeito de coligações partidárias, ver Schmitt (2005).

o dilema coligação ou candidatura própria. Em um aspecto, contudo, – a ideia da construção de imagem partidária –, meu modelo se aproxima dos modelos de formação de reputação (direita e esquerda), como o de Wittman<sup>2</sup>, derivados da formulação de Hotteling-Downs para a interação entre partidos e o eleitor mediano.

Neste texto, pretendo abordar o tema das coligações pré-eleitorais nos regimes presidencialistas por meio de um modelo formal simples. Meu objetivo é tentar explicar a lógica subjacente à formação de tais coligações e especificar os elementos – e as relações entre eles – que influenciam a decisão de um partido de formar uma coalizão ou de enfrentar a disputa presidencial com um candidato próprio. A evolução do sistema partidário brasileiro pós-democratização fornecerá *insights* para o modelo. PT, PSDB, PMDB e PFL servirão de inspiração para os tipos de partidos abordados pelo modelo.

A democracia e o sistema partidário brasileiros talvez ainda possam ser considerados infantes. A atual configuração partidária delineou-se em linhas gerais em meados dos anos 80. O PSDB, um dos atuais partidos relevantes no país, foi criado em 1988. E, como diz Cox (2005:81), os partidos em democracias recentes têm menos certeza acerca de qual é a estratégia ótima que devem adotar porque lhes é mais difícil discernir com segurança suas próprias forças e debilidades políticas e eleitorais.

O modelo contempla duas ações puras: 1) lançar candidato próprio; 2) formar coligações. Como pressuposto, trabalharei com a hipótese de que os partidos podem seguir duas estratégias distintas relacionadas às duas ações definidas acima: 1) sempre tentar aumentar a chance de alcançar o poder, mesmo se isso pressupuser a desistência de ter candidato próprio na eleição presidencial; 2) sempre apresentar candidato próprio, mesmo que este tenha pouca chance de vencer, estratégia que chamarei de “construção da imagem”.

Lançar candidatos fracos, pouco competitivos é normalmente apresentado como sendo um erro do partido, que não conseguiu prognosticar adequadamente sua força eleitoral, ou até do sistema partidário, por ter sido incapaz de prover instrumentos de coordenação capazes de bloquear a apresentação de candidatos desprovidos de capacidade de vencer a eleição. Não é o que ocorre no modelo que será exposto mais

---

<sup>2</sup> A respeito do modelo de Wittman, ver Gehlbach (2011: 7-8).

adiante. Nele, o lançamento de um candidato fraco não é tratado como uma anomalia, mas sim como o resultado racional da estratégia de usar a eleição como instrumento para apresentar o partido ao eleitor, de transmitir uma mensagem partidária e, dessa maneira, construir uma imagem que possa ajudar o partido a se tornar competitivo em eleições futuras.

Essas duas estratégias foram seguidas caracteristicamente por dois importantes partidos brasileiros: PFL e PT. O primeiro, quase sempre preferiu aliar-se ao PSDB privilegiando a possibilidade de alcançar o poder, mesmo de maneira subalterna e tendo que se sujeitar ao comando do partido líder, cujo candidato venceu a eleição. O PT, em contrapartida, investiu predominantemente na estratégia da construção da imagem do partido. Preferiu lançar candidato próprio, a despeito de ter pouca chance de vencer a eleição. Em outras palavras, pode-se dizer que o PFL escolheu vencer a curto prazo, mesmo como coadjuvante, ao passo que o PT optou por perder sozinho a ganhar em uma chapa na qual não ocupava o papel de líder. Naturalmente, vencer sozinho ou liderando uma coalizão seria sempre a primeira escolha tanto do PFL quanto do PT. A diferença está na *second best choice* dos dois partidos.

No final dos anos 80, o PFL era muito maior que o PT. Atualmente o PFL, que se transformou em DEM em 2007, tornou-se um partido pequeno, enquanto o PT é o partido mais poderoso do país. Não se pode atribuir o sucesso do PT e a decadência do PFL apenas ao fato de terem adotado as diferentes estratégias de coalizão definidas acima. Outros fatores estruturais e conjunturais influenciariam a trajetória dos dois partidos. Mas, é possível que essas duas estratégias de coalizão façam parte do conjunto de explicações plausíveis para o triunfo petista e o colapso pefelista.

Na próxima seção, apresentarei sinteticamente alguns elementos apresentados pela literatura como importantes na definição do comportamento estratégico dos partidos. Na terceira seção, apresentarei o modelo. Finalmente, na última seção, apresentarei minhas conclusões.

## **2) Coordenação partidária e tipos de partido**

Formar uma coalizão pré-eleitoral é um jogo de coordenação. Cox (2005: 69, nota de rodapé 1) define o jogo de coordenação como sendo aquele no qual “the players would like to coordinate their action on some one of n possibilities but disagree which

of these possibilities is the best”. Agregar-se ou não ao uma coalizão é uma decisão estratégica cujo objetivo é coordenar a entrada de potenciais competidores na arena eleitoral. Nesse *paper* de 2005, Cox trata os candidatos e partidos como variáveis dependentes do que ele chama de “three broad architectonic features [of electoral systems]: the number of votes per voter; the number of seats per district; and the proportionality of the votes-to-seats translation” (Cox 2005: 70). Esses elementos institucionais criam os marcos fundamentais para a tomada de decisões de partidos e candidatos. A depender da magnitude desses três fatores, os partidos definirão estratégias ótimas de coordenação, persuasão e mobilização de modo a alcançar seus objetivos.

A estratégia de coordenação é a que interessa os objetivos deste texto. A respeito dela, Cox (2005: 85) conclui que “the severity of the coordination problem(s) that competitors face depends on the electoral rules governing their competition. (...) For such voting methods [one vote for each citizen], strategic coordination leads to a concentration of votes upon a subset of viable candidates. The size of this subset is determined by number seats available to be won, with the most general rule of thumb encapsulated in the ‘M + 1 rule’: the number of viable competitors cannot exceed M + 1 equilibrium (when voters are primarily interested in who wins the current election and have sufficiently precise information concerning the likely order of finish of the competitors)”.

Apesar de a afirmação de Cox não se aplicar diretamente ao modelo que apresentarei na próxima seção, ela ajuda a explicar a lógica da formação de coalizões na eleição presidencial, na qual, por definição, há apenas uma cadeira em disputa.

Nesse mesmo *paper*, Cox faz um breve comentário a respeito da recusa de partidos de se engajarem no jogo de coordenação, um elemento importante de meu modelo. Segundo Cox, “another line of studies looks not at the short-term office benefits of forming larger electoral aggregates but instead at *the long-term policy benefit of refusing to coordinate*. Studies of third-party movements (e.g. Rosenstone 1996 and Hug 2001) typically find strong policy preferences motivating the formation of separate vehicles, even when going it alone sacrifices seats that could be won with a more pragmatic stance (and the consequent alliance that would then become feasible)” (Cox

2005: 81, ênfase minha). No modelo que apresentarei a seguir, o benefício de longo prazo citado por Cox aparece sob a forma de investimento na construção da imagem do partido, elemento que eleva o custo de oportunidade de participar de uma coligação em posição secundária.

Antes de apresentar o modelo, vou abordar outra questão que discutirei na próxima seção deste texto. De acordo com Strom (1990) e Wolinets (2002), os partidos podem ser definidos a partir de três inclinações básicas. Eles podem ser majoritariamente *vote-seeking*, *policy-seeking* ou *office-seeking*. Essas definições são essencialmente auto-explicativas mas é interessante para os objetivos deste texto, destacar a explicação dada por Wolinets para o partido de tipo *office-seeking*. Segundo ele, “office-seeking parties seek either to hold power alone, *or more realistically to share power with others* – either for the purposes of survival, or to act as a stabilizer or balance within the system or, more likely, to gain access to patronage. An office-seeking party should avoid policy commitments which might make it undesirable as a coalition partner and skew electoral strategies, such as attacking prospective partners too fiercely, which would make coalitions impossible. The aim – defined in the context of a well-established party system – would be to win enough votes to ensure inclusion in coalitions”. (Wolinets 2002: 2254-2255, ênfase minha)

### **3) O modelo**

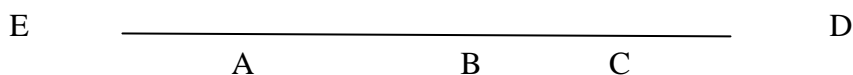
A incerteza a respeito da força de cada um dos partidos que atuam na arena eleitoral, supõem-se, é maior nos primeiros anos de existência de democracias recentes. A consolidação do sistema partidário requer tempo, especialmente quando instituições e regras eleitorais favorecem a fragmentação partidária. Este é o caso do Brasil, onde se combinam federalismo, sistema proporcional e lista aberta para escolha de deputados e incentivos relevantes para a criação de novas legendas, que ganham acesso automático a parcelas não desprezíveis de recursos públicos sob a forma de tempo de propaganda no rádio e na televisão e dinheiro do Fundo Partidário.

Assim, em novas democracias, é razoável assumir que os partidos têm mais insegurança a respeito de sua força eleitoral, o que torna mais difícil a decisão de juntar-se a uma coligação ou ter candidato próprio. O modelo que apresentarei a seguir talvez

valha também para democracias maduras, mas parece ilustrar melhor a situação de democracias recentes.

Suponha que existam três partidos: A, B e C distribuídos no tradicional contínuo esquerda-direita.

**Figura 1: Localização ideológica dos partidos A, B e C**



O primeiro pressuposto do modelo é que somente partidos ideologicamente próximos podem se unir em uma coligação. Desse modo, A e C nunca se coligarão entre si. Ou seja, as coligações possíveis são AB/BA ou BC/CB. AB significa que A lidera a coligação e B é o coadjuvante. O mesmo se aplica às demais possíveis coligações. Na condição de partido líder da coligação, A indica o candidato a presidente, cabendo ao partido B o posto de candidato a vice-presidente.

A primeira decisão que os partidos devem tomar é se formam ou não uma coalizão. A segunda, diretamente relacionada à primeira, é decidir qual partido liderará a coligação. A resposta à segunda questão depende da força percebida de cada partido. Esta é determinada pela expectativa de vitória:  $W$ , uma variável subjetiva e exógena constituída por fatores como pesquisas de intenção de voto, o tamanho do partido (número de filiados ou de afiliados eleitos para cargos parlamentares ou executivos) etc. O partido com maior  $W$  liderará a coalizão. Se a coalizão é formada,  $W$  será a soma da perspectiva de vitória dos dois partidos aliados. A informação a respeito de cada um dos  $W$  é perfeita. Cada partido sabe qual é  $W$  seu e dos demais.

As demais variáveis do modelo são:

$C$  = custo da campanha

Assumo que há dois tipos de  $C$ :  $C^0$  e  $C^C$ .  $C^0$  é o custo quando não há coligação e o partido assume sozinho o custo da campanha.  $C^C$  é o custo quando há coligação. Neste caso, o custo de campanha para cada partido é menor, ou seja,  $C^C < C^0$ .

$G$  = ganho esperado decorrente da vitória eleitoral, isto é, de adquirir o direito de assumir o controle do governo.



Essa variável também pode ser dividida em dois tipos:  $G^O$  e  $G^C$ .  $G^O$  é o ganho quando o partido ganha a eleição sozinho.  $G^C$  é o ganho quando o partido está atrelado a uma coligação. Neste caso, o controle do governo será compartilhado entre os aliados. O montante de  $G$  que vai para cada partido não é importante para o modelo, mas é razoável esperar que o partido líder ficará com a maior parcela de  $G$ . O importante para o modelo é definir que  $G^O > G^C$ .

$i$  = ganho de imagem partidária decorrente da decisão de apresentar candidato próprio na eleição

Assume-se aqui que  $i$  é sempre positivo, o que é um pressuposto bastante forte e não necessariamente verdadeiro. A ideia que sustenta esse pressuposto é que os partidos, especialmente em democracias recentes, têm na apresentação de candidatos próprios a chance de se apresentarem aos eleitores e de criar vínculos com eles. Se não o fizerem, lhes será mais difícil assumir algum dia a condição de partido líder, isto é, capaz de eleger por conta própria o presidente da República.

Ainda com relação a  $i$ , assumo a hipótese de que o benefício da construção da imagem favorece sempre quem lança candidato próprio, numa coligação ou em campanha solo. Ou seja, o valor de  $i$  é o mesmo para o partido líder da coligação ou para o partido que disputa a eleição sozinho. Por outro lado, o partido que indica o vice-presidente tem  $i$  igual a zero. É possível que o partido subalterno também consiga extrair algum benefício da campanha. Mas, certamente, esse montante é substancialmente menor do que potencialmente obtido pelo partido líder. Assim, de modo a simplificar o modelo, atribuirei valor zero ao  $i$  para o partido que se agrega à coligação em uma posição secundária.

Após apresentar as variáveis, vou estabelecer as funções de utilidade de cada tipo de partido.

$$U_L^C = (W_L + W_F) + i_{L/F} + G^C - C^C \quad (1)$$

$$U_F^C = (W_L + W_F) + G^C - C^C \quad (2)$$

$$U^O = (W_{L/F}) + i_{L/F} + G^O - C^O \quad (3)$$

$U_L^C$  é a função de utilidade do partido líder da coalizão (L: *leading party*);  $U_F^C$  é função utilidade do partido (F: *following party*) que está na coligação em posição

secundária;  $U^O$  é a função utilidade do partido que apresenta candidato próprio e não faz parte da coligação.

Trabalharei com essas três equações em dois estados de natureza diferentes. No primeiro, assumirei que o partido B é ideologicamente mais próximo de C do que de A. Dessa forma, formar uma coligação com A não é uma opção também para B, que tem somente duas opções, concorrer sozinho ou se coligar a C. No segundo estado de natureza, essa suposição será relaxada de modo que A e C podem competir pelo apoio de B. Neste caso, meu objetivo é modelar justamente a disputa entre A e C para atrair B a uma coligação.

Assim, levando em conta a maneira como defini esses dois estados, fica claro que, apesar de existirem três jogadores, somente dois irão de fato participar do jogo. No primeiro estado, B e C decidirão se formam ou não uma coligação. No segundo estado, A e C definirão o que devem oferecer a B para atraí-lo e evitar que se alie ao partido oponente.

### ***Estado 1***

A condição geral para o partido líder formar uma coalizão é que  $U_L^C > U^O$ . Realizando operações básicas e rearranjando os termos das equações (1) e (3), chega-se a:

$$W_F > (C^C - C^O) + (G^O - G^C) \quad (4)$$

A inequação 4 estabelece que L irá formar uma coligação na medida em que a contribuição de F para o incremento da possibilidade de vitória é maior que a perda de parte do controle do governo compensada pela redução do custo de campanha.

A condição geral para o partido secundário (F) se aliar a L é:  $U_F^C > U^O$ , o que, levando em conta as equações (2) e (3), resulta em:

$$W_L > i_F + (C^C - C^O) + (G^O - G^C) \quad (5)$$

A inequação 5 é igual à inequação 4, exceto pelo termo  $i_F$ . F concordará em fazer parte da coligação se a contribuição de L para a probabilidade de vitória superar a soma do (a) custo de oportunidade de não ter a chance de o partido se apresentar ao

eleitor ( $i_F$ ) com o (b) controle governamental, compensada pela redução do custo de campanha.

Analisarei agora essas duas inequações a partir de um conjunto de hipóteses a respeito de  $W_A$ ,  $W_B$  e  $W_C$ . Antes disso, reescreverei as inequações (4) e (5) substituindo as denominações genéricas L e F, pelos partidos C e B, sendo que o primeiro será o partido líder no caso de coligação e B será o partido secundário.

$$W_B > (C^C - C^O) + (G^O - G^C) \quad (4')$$

$$W_C > i_B + (C^C - C^O) + (G^O - G^C) \quad (5')$$

Primeiro conjunto de hipóteses:  $W_A < W_C + W_B$ ;  $W_A > W_C$ ;  $W_A > W_B$  e  $W_C > W_B$

Este primeiro conjunto de hipóteses delinea o cenário mais simples para o problema que estou discutindo (coligação ou não coligação), pois limita claramente as opções de B e C e propicia forte incentivo a que B e C formem uma coalizão. Juntos, B e C têm grande chance de derrotar A. Como  $W_C > W_B$ , o partido líder da coalizão será C.

Porém, a coligação pode não ocorrer caso C valorar bastante o benefício de ter controle absoluto do governo, ou se B estiver profundamente engajado na estratégia de longo prazo de construir sua imagem. Em outras palavras, pode-se dizer que a probabilidade de haver coalizão se reduz se B e C são partidos fortemente *policy oriented*. Neste caso, C resistirá a abrir mão de parte do controle da máquina governamental, pois, se o fizer, pode não ser capaz de implementar integralmente sua plataforma preferida. B, por outro lado, pode escolher apresentar candidato próprio – o que, nos limites simplificados do modelo, implica em abrir mão de participar de um futuro governo junto com C – a fim de acumular suficiente força política e eleitoral no futuro de maneira a habilitá-lo a assumir o papel de partido líder na coalizão ou mesmo a disputar sozinho a eleição de maneira competitiva. Em contrapartida, se B e C forem partidos mais pragmáticos que programáticos, ou nos termos de Wollinetz, mais *office oriented* do que *policy oriented*, aumentará a chance de se coligarem.

Segundo conjunto de hipóteses:  $W_A < W_C + W_B$ ;  $W_A > W_C$ ;  $W_A > W_B$  e  $W_C \approx W_B$

Nessa situação, B e C ainda têm forte incentivo para constituir uma coligação, mas terão de decidir quem será o partido líder e quem será o partido secundário. Se

ambos forem igualmente pragmáticos, ou igualmente *office oriented*, sortear quem será o líder e quem será o seguidor pode ser uma decisão mais racional do que desistir da aliança e, conseqüentemente, tornar pouco provável que derrotem A. Se tiverem diferentes valorações a respeito da construção da imagem e da participação no governo, um processo de barganha entre eles pode ser bem sucedido. Aquele que valoriza mais a construção da imagem pode assumir a posição de líder, em troca de menor participação no governo.

Terceiro conjunto de hipóteses:  $W_A > W_C + W_B$

Neste cenário, provavelmente não haverá coalizão. Se A tem grande chance de vencer de qualquer maneira,  $G^O$  e  $G^C$  tende a zero. Conseqüentemente, investir na construção de imagem apresentando candidato próprio será a única maneira de compensar o partido pelo custo da campanha.

## ***Estado 2***

Nesse estado, B pode se coligar a A ou a C. Como afirmei no começo desta seção, interessa-me abordar a questão de como B escolherá entre A e B. Para que faça sentido, o pressuposto básico desse jogo é que  $W_A > W_B$  e  $W_C > W_B$ .

Para trabalhar com esse estado, vou, em primeiro lugar, tornar mais explícita a ideia de que o controle do governo será compartilhado entre os partidos que formam a coalizão. Assim:

$$G_T = G_L^L + G_F^L \quad (6)$$

$G_L^L$  é a parcela do governo que o partido líder reservará para si mesmo;  $G_F^L$  é a parcela que o partido líder oferecerá ao partido secundário. Reescrevendo a equação (6) para o caso de B se coligar a A ou de se coligar a C, temos as equações (6') e (6''), respectivamente.

$$G_T = G_A^A + G_B^A \quad (6')$$

$$G_T = G_C^C + G_B^C \quad (6'')$$

Para resolver o problema de escolha de B, é preciso comparar a utilidade esperada de B decorrente da adesão a A ( $U_A^B$ ) ou a C ( $U_C^B$ ).

$$U_A^B = (W_A + W_B) - C^C + G_B^A \quad (7)$$

$$U_C^B = (W_C + W_B) - C^C + G_B^C \quad (8)$$

Substituindo (6') e (6'') em (7) e (8), chega-se a:

$$U_A^B = (W_A + W_B) - C^C + G_T - G_A^A \quad (7')$$

$$U_C^B = (W_C + W_B) - C^C + G_T - G_C^C \quad (8')$$

Se  $U_A^B > U_C^B$ , B escolherá A ao invés de B. Operando a inequação  $U_A^B > U_C^B$  e rearranjando os termos de (7') e (8'), chega-se a:

$$W_A - W_C > G_A^A - G_C^C \quad (9)$$

A lógica subjacente à inequação (9) é que B escolherá A na medida em que o diferencial entre a força política de A e C (ou a probabilidade de vitória) seja maior do que a diferença da parcela do governo que A e C reservam para si próprios. Se  $W_A = W_C$ , B apoiará A se  $G_A^A < G_C^C$ . Em outras palavras, no caso de  $W_A = W_C$ , o partido que oferecer a B parcela maior do governo o atrairá para a coligação.

#### 4) Conclusão

Apresentei neste texto um modelo bastante simples a respeito da formação de coalizões pré-eleitorais. O modelo combina três jogadores: partidos A, B e C. O conjunto básico de ações é formar uma coalizão ou enfrentar sozinho a disputa eleitoral. Ademais, abordei a situação na qual um partido está diante da possibilidade de escolher o parceiro preferencial ao qual se juntará, em posição secundária, para constituir a coalizão.

Os elementos que os partidos levam em conta para lidar com essas decisões são a expectativa de vitória, o benefício relativo à construção da imagem decorrente da escolha de ter candidato próprio ou de liderar uma coalizão, o custo da campanha e a utilidade derivada da vitória eleitoral, a qual garante ao(s) partido(s) vencedor(es) acesso ao controle da máquina governamental.

Procurei construir o modelo e os dois estados da natureza de maneira a replicar algumas características de importantes partidos brasileiros contemporâneos: PT, PSDB, PMDB e PFL. PT e PSDB são os partidos líderes (seriam os partidos A e C do modelo). São os únicos que sempre apresentaram candidatos próprios nas eleições presidenciais pós-redemocratização. PFL seria o partido B no primeiro estado de natureza, para o qual

está colocado o dilema de se juntar ao PSDB (partido C)<sup>3</sup>. Já o PMDB é representado pelo partido B no segundo estado de natureza. É, como qualificam, Melo e Câmara (2012), um partido “disponível” à adesão ao PT ou ao PSDB, a depender da conjuntura política.

O exercício aqui exposto, é preciso reconhecer, carece ainda de refinamento. É necessário, em primeiro lugar, encontrar meios de transformar os argumentos lógicos desenvolvidos em um modelo endogenamente consistente, isto é, capaz de gerar ele mesmo um resultado de equilíbrio. Na maneira como foi construído neste texto, foi necessário mobilizar hipóteses exógenas a respeito dos valores de  $W$  a fim de alcançar resultados minimamente interessantes.

Por fim, a hipótese de que partidos podem investir na estratégia de construção da imagem requer comprovação empírica, o que talvez possa ser feito, no caso brasileiro, pela análise das eleições para prefeito, governador e presidente realizadas no país desde a redemocratização.

---

<sup>3</sup> No contínuo direita-esquerda, o PFL costuma ser posicionado mais à direita que o PSDB. Ou seja, nesse sentido, estaria mais próximo ao partido C do que ao partido B. Contudo, mantidas as demais características do modelo aqui apresentado, a troca de posição entre C (PSDB) e B (PFL), não altera as conclusões.

## References

COX, Gary W. (2005). “Electoral Institutions and Political Competition. Coordination, Persuasion and Mobilization”, in Ménard and M. M. Shirley (eds), *Handbook of New Institutional Economics*, 68-89.

FREUDENREICH, Johannes (2010). “Coalition Building in Presidential Systems”, Potsdam University, mimeo.

GEHLBACH, Scott (2011). *Formal Models of Domestic Politics*, Cambridge University Press, draft.

MELO, Carlos Ranulfo e CÂMARA, Rafael (2012). “Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil”. *Dados*, Rio de Janeiro. v. 55, p. 71-117, 2012).

SCHMITT, Rogério (2005). “Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira”, in *Partidos e Coligações Eleitorais no Brasil*, Silvana Krause e Rogério Schmitt (orgs.), Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2005.

STROM, K. (1990). *Minority Government and Majority Rule*. Cambridge: Cambridge University Press.

WOLINETZ, Steven B. (2002). “Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies”, in GUNTHER, R., LINZ, J. J. e MONTERO, J. R. *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*, Oxford University Press, electronic edition.